

## COUDELARIA DE RINCAO/RS

# Estudo Técnico Preliminar 12/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64442.000500/2026-72

## 2. Descrição da necessidade

**2.1** A presente contratação visa suprir a necessidade contínua de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos essenciais ao funcionamento da Coudelaria de Rincão, especificamente: Grupos Motor Gerador (GMG) a diesel, motosserras (modelo Stihl MS 600), bombas submersas e roçadeiras (modelo Stihl FS 220).

**2.2** O problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público reside no desgaste natural e nas falhas operacionais decorrentes do uso contínuo desses maquinários nas atividades diárias da Organização Militar. A inoperância ou o funcionamento precário desses bens compromete diretamente a rotina da unidade, uma vez que a solução atende às seguintes demandas críticas:

- **Abastecimento e Segurança Energética:** Os geradores a diesel são fundamentais para assegurar a continuidade das atividades administrativas, operacionais e de guarda da OM durante as eventuais interrupções no fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária local.
- **Abastecimento Hídrico e Saneamento:** As bombas submersas operam na captação contínua, sendo estruturas vitais para o consumo humano, a dessedentação do plantel animal e a manutenção das condições sanitárias das instalações.
- **Manejo Ambiental e Prevenção de Incêndios:** As motosserras e roçadeiras são empregadas rotineiramente pelo efetivo na limpeza das áreas verdes, no manejo agrícola e florestal, e, sobretudo, na confecção e manutenção de aceiros, que são medidas preventivas essenciais para a mitigação de riscos de incêndios no Campo de Instrução.

**2.3** A ausência de uma prestação de serviço de manutenção técnica especializada e com fornecimento de peças de reposição resulta na rápida degradação do patrimônio da União, elevando o risco de paralisação das atividades finalísticas e operacionais. Dessa forma, a contratação justifica-se para garantir a disponibilidade, a segurança dos operadores e a extensão da vida útil dos equipamentos, em alinhamento aos princípios da eficiência administrativa e da economicidade do gasto público.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	PAULA CARINA GULARTE SOUZA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Requisitos Técnicos e de Qualidade

- **Qualidade das Peças:** Todas as peças, componentes, óleos lubrificantes e acessórios fornecidos durante as manutenções corretivas e preventivas deverão ser genuínos/originais de fábrica ou de reposição de primeira linha (com qualidade atestada pelas normas da ABNT ou INMETRO), garantindo a perfeita compatibilidade com os equipamentos.
- **Vedação a Peças Recondicionadas:** É expressamente vedado o uso de peças usadas, recondicionadas ou remanufaturadas, exceto nos casos em que o próprio serviço exija a recuperação da peça original.
- **Normas Técnicas:** Os serviços deverão ser executados em estrita observância às recomendações dos manuais dos fabricantes de cada equipamento e às Normas Regulamentadoras aplicáveis à segurança do trabalho.

## 4.2. Requisitos Logísticos e de Local de Execução

- **Deslocamento e Transporte:** Conforme especificado no levantamento de necessidades da requisição, os custos operacionais com deslocamento, recolhimento e devolução dos equipamentos de pequeno e médio porte (Motosserras, Roçadeiras e Bombas Submersas) correrão **exclusivamente por conta da empresa contratada**. A retirada e a entrega deverão ocorrer nas instalações da Coudelaria de Rincão.
- **Manutenção *In Loco*:** Para o Motor Gerador a diesel, devido à sua natureza estacionária e essencialidade, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados preferencialmente nas próprias instalações da Coudelaria. Caso haja necessidade de remoção de componentes pesados para a oficina da contratada, o transporte e içamento serão de responsabilidade e ônus da mesma.

## 4.3. Requisitos de Garantia e Prazo

- **Garantia dos Serviços e Peças:** A contratada deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias para os serviços prestados e para as peças substituídas, contados a partir do recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.
- **Prontidão de Atendimento:** Estabelecer prazos máximos para atendimento de chamados de manutenção corretiva (ex: até 48 horas para diagnóstico de Geradores e Bombas de água, dada a criticidade para a rotina da OM), garantindo que a inoperância do equipamento seja a menor possível.

## 4.4. Requisitos de Qualificação Técnica do Fornecedor

- A empresa licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, por meio de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais devidamente qualificados e especializados na manutenção de motores a combustão, geradores a diesel e equipamentos agroflorestais.

**4.5. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental** Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o Plano de Logística Sustentável e o Plano de Gestão Ambiental da OM, a contratada deverá cumprir rigorosamente as seguintes exigências:

- **Descarte de Resíduos:** A empresa será a única responsável pela destinação final ambientalmente correta de todos os resíduos gerados durante as manutenções, não podendo descartá-los nas dependências ou lixeiras da Coudelaria de Rincão.
- **Comprovação:** A contratada deverá apresentar, quando solicitada pela fiscalização, os comprovantes de destinação final de resíduos perigosos (como o Certificado de Destinação Final - CDF) emitidos por empresas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.
- **Prevenção de Danos:** Adoção de medidas para evitar o derramamento de óleos, combustíveis ou graxas no solo durante as manutenções realizadas *in loco*, com o uso de bandejas de contenção e materiais absorventes.

## 5. Levantamento de Mercado

**5.1** O levantamento de mercado demonstrou que a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para Gerador, motosserras, roçadeiras e bombas submersas, incluindo o fornecimento de peças de reposição, é uma solução amplamente disponibilizada por empresas especializadas, oficinas autorizadas e prestadores de serviços de mecânica em geral, o que garante a ampla competitividade no certame.

**5.2** Considerando a natureza da demanda da Coudelaria de Rincão, onde as quebras de equipamentos e a necessidade de substituição de peças ocorrem de forma incerta e imprevisível, não é possível definir previamente e com exatidão o quantitativo total que será demandado ao longo do exercício. Diante dessa impossibilidade de fixação exata de quantitativos, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) apresenta-se como a modelagem jurídica e administrativa mais adequada, encontrando amparo legal expresso no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e nos regramentos do Decreto nº 11.462/2023. O SRP garantirá à Administração a flexibilidade de solicitar as manutenções apenas quando a necessidade real surgir, evitando o empenho de recursos sem a efetiva prestação do serviço.

**5.3** No que tange à estimativa do valor da contratação, a pesquisa de mercado foi conduzida com rigor técnico e em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. A obtenção dos preços de referência priorizou a consulta a fontes oficiais e a realidade do mercado, utilizando-se os seguintes parâmetros combinados:

- **Painel de Preços:** Utilizados como fonte prioritária (conforme art. 5º, §1º da IN 65/2021), por ser instrumento oficial do Governo Federal que asseguram transparência, celeridade e conformidade legal, demonstrando os valores efetivamente praticados em contratações similares por outros órgãos da Administração Pública.

**5.4** Conclui-se, a partir deste levantamento, que há pluralidade de potenciais fornecedores aptos a atender às exigências do Termo de Referência, assegurando a viabilidade da licitação e a probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público, dentro da legalidade e da realidade mercadológica vigente.

## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1. Escopo Técnico da Solução:** O atendimento técnico especializado subdivide-se em quatro frentes de atuação corretiva e preventiva, dimensionadas para suprir as necessidades da Organização Militar:

- **Motor Gerador a Diesel:** Serviços integrados voltados à manutenção eletromecânica. Compreende o diagnóstico, reparo, regulagem e substituição de componentes estruturais da parte mecânica (bloco, sistemas de injeção, alimentação e arrefecimento) e da parte elétrica (alternador, painéis de controle, fiação e sistemas de automação de partida).
- **Motosserras (Modelo Stihl MS 600):** Solução completa de recuperação e retífica técnica do motor, incluindo o fornecimento e a instalação de kit de cilindro completo, juntas de vedação, componentes de carburação, filtros de ar/combustível e o conjunto de pinhão e rolamentos.
- **Bombas Submersas:** Serviços técnicos especializados em ambiente de oficina para a recuperação de bombas trifásicas - específicas para captação de poço artesiano do tipo palito e drenagem de água suja de até 1 HP. A atividade envolve o rebobinamento completo do motor elétrico com materiais isolantes de alta qualidade, substituição de rolamentos, vedações e testes de estanqueidade e vazão.
- **Roçadeiras (Modelo Stihl FS 220):** Serviços de manutenção segmentados por níveis de complexidade, englobando desde revisões preventivas de rotina, como descarbonização, troca de filtros, regulagem de combustível até intervenções corretivas pesadas como substituição integral de cilindros, juntas, embreagens, engrenagens da transmissão e conjunto de partida.

**6.2. Modelagem de Execução e Gerenciamento Contratual (Sistema de Registro de Preços):** Considerando que a demanda por manutenções e substituições de peças é imprevisível e flutuante, a modelagem da solução adota o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, em conformidade com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 11.462/2023.

- A execução ocorrerá sem obrigatoriedade de compra total dos quantitativos registrados.
- As demandas serão formalizadas pela Área Requisitante mediante a emissão de Ordens de Serviço específicas, as quais detalharão os equipamentos a serem submetidos à intervenção e o prazo para a retirada ou execução.

**6.3. Requisitos Logísticos e Operacionais Integrados:** A operacionalização da solução foi desenhada para mitigar o impacto logístico na Coudelaria de Rincão:

- **Logística Leve e Média (Motosserras, Roçadeiras e Bombas):** Os serviços serão executados nas dependências da oficina da contratada. O fluxo de transporte (retirada do maquinário avariado na OM e a sua respectiva devolução após o conserto) será de inteira responsabilidade e ônus financeiro da empresa adjudicatária, estando os custos embutidos no valor adjudicado.
- **Logística Pesada/Estacionária (Gerador):** Em razão da complexidade e da impossibilidade de deslocamento rotineiro do gerador, a solução prevê o atendimento prioritariamente *in loco* nas instalações da OM para manutenções preventivas e corretivas ordinárias. Caso haja necessidade de remoção de componentes de grande porte, o transporte especializado correrá sob a responsabilidade e custos da contratada.

**6.4. Diretrizes de Sustentabilidade e Logística Reversa** Alinhada ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da unidade, a solução prevê a responsabilidade integral da contratada pelo gerenciamento dos resíduos perigosos gerados pelas intervenções. A destinação final adequada e o processo de logística reversa deverão ser comprovados junto à fiscalização mediante certificação ambiental válida, desonerando a Administração Pública de quaisquer passivos ecológicos decorrentes do serviço.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

**7.1** A estimativa das quantidades a serem contratadas foi dimensionada de forma criteriosa pelo Almoxarifado da Coudelaria de Rincão (setor requisitante). O cálculo teve como base o inventário da frota de maquinários atualmente em carga na Organização Militar e o histórico de intervenções, falhas e substituições de peças registrados em exercícios anteriores.

**7.2** Uma vez que a necessidade de manutenção corretiva decorre de desgastes imprevistos e do uso diário, não é viável determinar de forma absoluta a quantidade de reparações que ocorrerão no futuro. Assim, e em consonância com a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), os quantitativos abaixo definidos representam uma estimativa máxima de consumo para o período de 12 (doze) meses.

Esta modelagem garante a cobertura logística necessária para manter a operacionalidade da Coudelaria de Rincão, sem que haja a obrigatoriedade de a Administração executar a totalidade dos serviços.

Item	Especificação do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Máxima Estimada
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da <b>parte mecânica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	Hora	1.000
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da <b>parte elétrica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	Hora	15
3	Serviço de manutenção para motosserra modelo Stihl MS 600 (inclui substituição de kit de cilindro completo, juntas, carburador, pinhão, filtro, vela, etc., e custos de deslocação).	Sv (Serviço)	12
4	Serviço de Bomba Submersa para Água Suja: Rebobinagem (fios, verniz, rolamentos e demais componentes) para recuperação de bomba submersa trifásica 1 hp.	S v (Serviço)	04
5	Serviço de Bomba Submersa para Poço Artesiano: Rebobinagem (fios, verniz, rolamentos e demais componentes) para recuperação de bomba tipo palito trifásica.	S v (Serviço)	06
6	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220: Serviço de revisão do motor (descarbonização, ajuste de carburador, limpeza/troca de filtros).	Sv/hora	30
7	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220: Troca do coletor de admissão, testes de combustível e mangueira de impulso.	Sv/hora	30
8	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220: Limpeza técnica e/ou substituição do kit de reparo do carburador.	Sv/hora	30
9	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220: Verificação e/ou substituição do kit de embraiagem e mola; lubrificação da caixa de engrenagens.	Sv/hora	30
10	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220: Verificação da bobina de ignição, troca da vela, substituição da corda/carretel de partida e trimcut.	Sv/hora	30
11	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220: Serviço de troca de cilindro completa e retífica, transmissão, juntas e reparação de carburador (com fornecimento de peças).	Sv/hora	30

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 295.504,18

**8.1.** O valor total máximo estimado para a presente contratação é de **R\$ 295.504,18 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quatro reais e dezoito centavos)**, representando o limite financeiro global previsto para o atendimento das demandas de manutenção preventiva e corretiva de todo o acervo de maquinários listado neste estudo pelo período de 12 (doze) meses.

**8.2.** A definição do preço de referência foi realizada em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. A metodologia de cálculo priorizou a busca por contratações similares e dados oficiais extraídos do Painel de Preços do Governo Federal, combinada com a coleta direta de orçamentos junto a fornecedores aptos do mercado para suprir os valores de referência e balizar a realidade econômica local.

**8.3.** Na composição dos preços de referência, foram computados todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução completa e perfeita do objeto, incluindo a mão de obra técnica especializada, o fornecimento de peças de reposição originais ou de primeira linha, tributos, ferramentas, além dos encargos logísticos com deslocamento, transporte, retirada e entrega dos equipamentos sob a inteira responsabilidade da empresa contratada.

**8.4.** Diante da modelagem adotada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), este valor estimado não representa uma despesa imediata ou obrigatória para a Administração. O montante serve como teto para o registro na respectiva Ata de Registro de Preços, de modo que os empenhos e os pagamentos correspondentes serão processados de forma proporcional e sob demanda, vinculados exclusivamente à emissão de Ordens de Serviço motivadas por necessidades reais das Áreas Requisitantes.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**9.1** Em observância ao princípio da competitividade e às diretrizes expressas no art. 40, inciso V, e no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a solução adotada para esta contratação será parcelada em itens, divididos conforme a natureza técnica e o ramo de atividade dos serviços demandados.

**9.2** A adoção do parcelamento do objeto justifica-se pelos seguintes motivos técnicos e mercadológicos:

- **Distinção Técnica dos Serviços:** O escopo da contratação abrange maquinários com princípios de funcionamento e complexidades operacionais totalmente distintos. A manutenção de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel de grande porte exige maquinário pesado, conhecimentos avançados em eletromecânica industrial e automação. Por outro lado, a manutenção de motosserras e roçadeiras (equipamentos agroflorestais com motores de dois tempos) e a recuperação de bombas submersas (rebobinagem de motores elétricos) são serviços prestados por nichos de mercado específicos.
- **Ampliação da Competitividade:** A aglutinação de todos os serviços em um lote único, obrigando uma única empresa a consertar desde o gerador até a roçadeira, restringiria severamente o caráter competitivo do certame. Ao parcelar a licitação em itens independentes, a Administração permite que oficinas especializadas em motores estacionários participem apenas do item do gerador, enquanto assistências técnicas de equipamentos agrícolas concorram apenas aos itens de motosserras e roçadeiras.
- **Fomento ao Desenvolvimento Local e Regional:** O parcelamento atende ao princípio da economicidade e fomenta a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em cumprimento à Lei Complementar nº 123/2006. A divisão em itens de menor vulto econômico facilita o acesso das pequenas oficinas mecânicas da região ao mercado de compras governamentais, garantindo uma prestação de serviço mais ágil e com menores custos de deslocamento para a Organização Militar.

**9.3** Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução é técnica e economicamente viável, não acarreta perda de economia de escala e é a medida mais vantajosa para resguardar o interesse da Administração Pública, devendo a licitação ser estruturada em itens independentes ou grupos de afinidade técnica, com adjudicação separada para cada um deles.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

**10.1.** No que tange às contratações correlatas, identifica-se a necessidade de permanente alinhamento com as atas de registro de preços ou contratos vigentes de fornecimento de combustíveis e de óleos lubrificantes gerenciados pelo Almoxarifado da Coudelaria de Rincão. A regularidade e a conformidade técnica no fornecimento desses insumos são essenciais para que os equipamentos, após passarem pelas intervenções e substituições de peças previstas nesta solução, operem adequadamente e não sofram novos danos decorrentes de combustíveis ou lubrificantes inadequados.

**10.2.** No que se refere a contratações interdependentes, informa-se que não existem vínculos de mútua dependência técnica ou cronológica com outros processos em andamento na Organização Militar. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva possuem total autonomia operacional, permitindo que a abertura e a execução deste certame por Sistema de Registro de Preços ocorram de forma independente, sem o risco de paralisar ou ser paralisado por outras contratações.

**10.3.** Diante disso, em estrita observância ao planejamento integrado exigido pela Lei nº 14.133/2021, caberá à fiscalização do contrato e à chefia do Almoxarifado monitorar a harmonia entre a manutenção dos maquinários e a disponibilidade de seus insumos operacionais, garantindo que o restabelecimento da frota resulte na imediata eficiência e continuidade das atividades finalísticas da unidade.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.1.** A presente contratação encontra-se estritamente alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) da Coudelaria de Rincão, estando devidamente prevista e registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, em estrita observância ao disposto no Decreto nº 10.947/2022 e no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. O registro prévio da demanda reflete o compromisso da Organização Militar com o planejamento macro, assegurando que o processo atenda a um cronograma integrado e evite a fragmentação de despesas ou contratações intempestivas.

**11.2.** A contratação guarda total consonância com as metas e objetivos institucionais da Unidade, uma vez que a manutenção preventiva e corretiva de geradores, roçadeiras, motosserras e bombas submersas viabiliza a infraestrutura essencial para o cumprimento das missões finalísticas da Organização Militar. O alinhamento técnico-operacional evidencia-se na garantia de suporte logístico ao plantel animal, na manutenção predial e das áreas verdes, e na salvaguarda da continuidade do serviço público ativo, mitigando riscos de interrupção nas atividades do Almoxarifado e das demais seções dependentes desses maquinários.

**11.3.** Ademais, a modelagem da solução por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) atende de forma direta às diretrizes de governança e alta liderança dispostas na Portaria nº 9.678 e no Decreto nº 11.462/2023. Ao focar na eficiência do gasto e na racionalização das contratações, a escolha do SRP permite o acionamento dos serviços apenas quando demandados, em perfeito alinhamento com as ações de sustentabilidade administrativa e controle de ciclo de vida de equipamentos preconizadas no Plano de Logística Sustentável (PLS) da OM.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

**12.1.** O principal benefício operacional consiste na garantia da continuidade das atividades operacionais, administrativas e finalísticas da Coudelaria de Rincão. Ao assegurar o pronto restabelecimento e a integridade funcional de Grupos Motor Gerador e das bombas submersas, a Organização Militar salvaguarda a sua autonomia energética em situações de emergência e mantém o regular abastecimento hídrico essencial para o consumo do efetivo e para o manejo e dessedentação do plantel animal.

**12.2.** Sob a vertente da economicidade e da eficiência, em estrita observância aos princípios norteadores do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a aplicação de manutenções preventivas e corretivas estende diretamente o ciclo de vida útil dos equipamentos sob a carga do Almoxarifado. Essa prática evita o sucateamento precoce de bens públicos de alto custo e posterga a necessidade de novos investimentos em aquisições de capital, otimizando o orçamento do Exército Brasileiro.

**12.3.** No âmbito socioambiental e da segurança do trabalho, a contratação proporciona a mitigação de riscos de acidentes com os operadores militares, uma vez que maquinários agroflorestais (motosserras e roçadeiras) com manutenção em dia oferecem melhores condições de manuseio protetivo. Adicionalmente, motores regulados operam com maior eficiência energética, reduzindo o consumo de insumos combustíveis e a emissão de gases poluentes, em perfeito alinhamento com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) e do Plano de Gestão Ambiental da unidade.

**12.4.** Por fim, sob a ótica da governança contratual, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, confere alta flexibilidade administrativa ao Almoxarifado e à SALC. O benefício reside na possibilidade de desisposicionar o desembolso financeiro imediato, realizando o empenho de recursos e o pagamento de forma proporcional e sob demanda, exclusivamente quando surgir a necessidade real de manutenção de cada item.

## **13. Providências a serem Adotadas**

**13.1.** Previamente à publicação do edital do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, caberá ao Setor de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) e à alta liderança providenciar a indicação e a posterior designação formal dos agentes públicos que atuarão no processo. Essa medida compreende a nomeação do Pregoeiro, da equipe de apoio e, de forma essencial, do Gestor e dos Fiscais (titular e substituto) do contrato, assegurando a devida segregação de funções e a capacitação técnica necessária para o acompanhamento dos serviços, em estrita observância ao disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes da Portaria nº 198.

**13.2.** No âmbito dos sistemas formais de compras públicas, a Equipe de Planejamento da Contratação deverá providenciar a inserção e a correta tramitação de todos os artefatos digitais (ETP, Análise de Riscos e Termo de Referência) no sistema Compras.gov.br e no ambiente SPED 3.0, em total conformidade com o Roteiro de Processos Licitatórios Digitais vigente. Esta providência garante a integridade dos atos processuais, a assinatura eletrônica dos responsáveis e a ampla publicidade exigida pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**13.3.** Sob a perspectiva operacional do Almoxarifado, faz-se necessária a elaboração e a estruturação interna de um modelo padronizado de Ordem de Serviço (OS) digital ou física. Este documento será o canal oficial para acionar a futura empresa registrada, devendo conter campos claros para a identificação do equipamento a ser reparado, a descrição sumária da avaria constatada, o prazo para a retirada pela contratada e o espaço para o posterior atesto do recebimento provisório e definitivo pela fiscalização da OM.

**13.4.** Adicionalmente, o Almoxarifado deverá isolar e demarcar uma área específica em suas instalações físicas para funcionar como "ponto de transbordo e triagem" dos equipamentos leves (roçadeiras e motosserras) e bombas submersas que aguardam manutenção técnica. Esta providência logística visa assegurar a organização do inventário, evitar o extravio de componentes e facilitar o fluxo de entrega e retirada por parte dos veículos operacionais da empresa que se sagrar vencedora do certame.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

**14.1.** A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em motores a combustão (Grupos Motor Gerador, motosserras e roçadeiras) possui potencial para gerar impactos ambientais negativos, caracterizados principalmente pela produção de resíduos sólidos e líquidos perigosos (óleos lubrificantes usados, filtros saturados, baterias inservíveis, peças metálicas oxidadas e estopas contaminadas com graxa ou combustível), além do risco de contaminação do solo por derramamentos acidentais durante as intervenções técnicas.

**14.2.** Com o objetivo de mitigar tais impactos e em estrita observância às diretrizes contidas no Plano de Gestão Ambiental e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da Coudelaria de Rincão, bem como às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o Termo de Referência exigirá da futura contratada a adoção das seguintes medidas mitigadoras obrigatórias:

- **Logística Reversa e Gestão de Resíduos:** A empresa contratada assumirá a responsabilidade integral e exclusiva pelo acondicionamento, recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a prestação dos serviços (sejam eles classificados como perigosos ou não perigosos). Fica expressamente vedado o descarte de qualquer material inservível, efluente ou peça substituída nas lixeiras, no solo ou nas dependências da Organização Militar.
- **Comprovação Documental de Descarte:** A fim de desonerar a Administração de qualquer passivo ambiental, a contratada deverá apresentar à fiscalização do contrato, sempre que solicitada ou ao término dos serviços, o Certificado de Destinação Final (CDF) ou documento equivalente, emitido por empresa devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, comprovando o correto descarte e/ou rerrefino dos óleos lubrificantes usados e resíduos perigosos.
- **Prevenção de Contaminação *In Loco*:** Durante as manutenções executadas nas instalações da Coudelaria de Rincão, especialmente nos Grupos Motor Gerador (GMG), a equipe técnica da contratada será obrigada a utilizar equipamentos de proteção ambiental, tais como bandejas de contenção e mantas absorventes, para impedir que eventuais vazamentos de fluidos (óleo diesel, lubrificantes ou líquido de arrefecimento) atinjam o solo ou a rede de drenagem pluvial.
- **Controle de Emissões Atmosféricas e Sonoras:** A exigência contratual de que as manutenções reestabeleçam os padrões originais de fábrica e utilizem peças de reposição de primeira linha visa garantir a queima eficiente de combustível. Motores descarbonizados e devidamente regulados reduzem substancialmente a emissão de gases de efeito estufa e a emissão de ruídos, melhorando as condições de manuseio para os operadores militares e preservando a qualidade do ar no campo de instrução.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

**15.1.** Com base nos estudos, levantamentos de mercado e análises logísticas registrados ao longo deste documento, a Equipe de Planejamento da Contratação posiciona-se de forma conclusiva pela **viabilidade técnica, jurídica, econômica e ambiental** da contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva para os Grupos Motor Gerador, motosserras, roçadeiras e bombas submersas da Coudelaria de Rincão. O presente estudo atende plenamente aos requisitos de planejamento e caracterização do interesse público estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** A viabilidade mercadológica e técnica fundamenta-se na existência de ampla oferta de fornecedores qualificados e assistências técnicas especializadas na região, capazes de atender às exigências logísticas de recolhimento, entrega e manutenção *in loco* estabelecidas. Adicionalmente, a escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com o Decreto nº 11.462/2023, blindará a Administração contra riscos de desperdício orçamentário, conferindo a flexibilidade necessária para acionar os serviços de maneira proporcional à demanda real da Organização Militar.

**15.3.** Sob a vertente da economicidade e eficiência administrativa, restou demonstrado que a aplicação de manutenção corretiva com fornecimento de peças originais e a execução de revisões preventivas periódicas constituem a alternativa mais vantajosa para o erário. Essa estratégia estende diretamente o ciclo de vida útil do acervo de maquinários em carga no Almoxarifado, gerando uma economia substancial ao evitar o descarte precoce e a consequente necessidade de novos investimentos vultosos para a aquisição de equipamentos de capital.

**15.4.** Portanto, considerando que os benefícios operacionais superam amplamente os custos estimados, que os impactos ambientais mapeados são mitigáveis mediante as obrigações de logística reversa e que a contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual, esta equipe declara a solução **totalmente viável**. Diante do parecer positivo, recomenda-se o imediato prosseguimento do processo para a confecção do Termo de Referência (TR).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente

**GABRIEL FRANKE BRIXNER**

Data: 28/05/2026 11:29:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GABRIEL FRANKE BRIXNER**

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente

**NICKOLAS ESSY**

Data: 28/05/2026 09:55:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**NICKOLAS ESSY**

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente

**MICHEL SANTIAGO DAVID**

Data: 28/05/2026 09:36:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MICHEL SANTIAGO DAVID**

Equipe de Planejamento



## COUDELARIA DE RINCAO/RS

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 14/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

14/2026

Responsável pela Edição

EDUARDO GABRIEL CARPENEDO

Data de Criação

05/05/2026 10:51

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

Manutenção de Geradores, Roçadeiras, Motosserras e Bombas Submersas

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Aglutinação indevida de itens incompatíveis	Agrupar manutenção de pequenos motores com grandes geradores a diesel no mesmo lote, restringindo a competição.	Planejamento	Administração	Médio	

## Impactos

1 Restrição severa à competitividade ou licitação fracassada, pois empresas que consertam motosserras raramente consertam geradores industriais a diesel

## Ações Preventivas

P-01 Dividir o objeto em Grupos ou Lotes lógicos

Responsável: MICHEL SANTIAGO DAVID

## Ações de Contingência

C-01 Caso não haja interessados, fracassar o certame, readequar o TR separando os itens e republicar o edital Responsável: MICHEL SANTIAGO DAVID

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Omissão na definição da logística de transporte	Não especificar no TR se o conserto do gerador será na OM ou se a empresa deve buscar.	Planejamento	Administração	Médio	

## Impactos

1 Custos imprevistos gerando recusa da empresa em buscar os equipamentos ou pedidos de reequilíbrio contratual.

## Ações Preventivas

P-01 Especificar claramente no TR a logística de cada equipamento (ex: geradores pesados são consertados no quartel; roçadeiras a empresa busca e devolve) Responsável: MICHEL SANTIAGO DAVID

## Ações de Contingência

C-01 Utilizar viaturas logísticas da própria OM para realizar o transporte das máquinas leves, CASO a empresa se recuse e o contrato não tenha deixado a obrigação clara Responsável: MICHEL SANTIAGO DAVID

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Subestimativa no orçamento de peças de reposição	Focar apenas no valor da "hora-técnica" e usar uma tabela de peças defasada para estimar o contrato	Planejamento	Administração	Médio	

## Impactos

1 Esgotamento precoce do saldo de empenho, deixando equipamentos parados no meio do ano por falta de verba para peças

## Ações Preventivas

P-01 Realizar a pesquisa de preços baseada em descontos sobre as tabelas oficiais dos fabricantes e prever uma margem orçamentária segura para peças Responsável: MICHEL SANTIAGO DAVID

## Ações de Contingência

C-01 Remanejar recursos de outras rubricas do quartel ou realizar termo aditivo de valor (até 25%) focado exclusivamente na rubrica "peças" Responsável: MICHEL SANTIAGO DAVID

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Vencedor sem capacidade técnica	Edital não exigir atestado que comprove experiência específica com motores a				

R-04	para multimarcas	combustão e equipamentos elétricos	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto
	<b>Impactos</b>				
1	Contratação de oficina sem capacidade técnica, resultando em serviços mal executados e quebra (perda total) de equipamentos caros, como geradores				
<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Exigir Atestados de Capacidade Técnica (CAT) que comprovem explicitamente a experiência com motores a combustão e equipamentos de grande porte. <b>Responsável:</b> EDUARDO GABRIEL CARPENEDO				
<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Inabilitar a empresa na fase do pregão caso o atestado seja vago, convocar o próximo colocado e, se houver fraude no atestado, abrir processo punitivo. <b>Responsável:</b> EDUARDO GABRIEL CARPENEDO				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) N° Item
R-05	Preço inexequível na hora-técnica	Licitante joga o valor da mão de obra para R\$ 0,01 com a intenção de lucrar super faturando nas peças de reposição depois.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto
	<b>Impactos</b>				
1	A empresa ganha a licitação cobrando centavos pela hora de mão de obra e, durante o contrato, tenta compensar o prejuízo superfaturando as peças ou inventando defeitos				
<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	O Pregoeiro deve exigir a planilha de composição de custos e formação de preços durante o pregão para comprovar que o valor da hora paga o mecânico <b>Responsável:</b> EDUARDO GABRIEL CARPENEDO				
<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Desclassificar a proposta por inexequibilidade se a empresa não conseguir provar a viabilidade do seu preço <b>Responsável:</b> EDUARDO GABRIEL CARPENEDO				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) N° Item
R-06	Licitação deserta para as Bombas Submersas	Falta de empresas na região que consertem roçadeiras E bombas d'água simultaneamente	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio
	<b>Impactos</b>				
1	Omissão de manutenção preventiva, causando falta d'água na vila militar.				
<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Realizar busca ativa de fornecedores, enviando o aviso de edital diretamente por e-mail para empresas especializadas da região missioneira e de Santa Maria/RS. <b>Responsável:</b> EDUARDO GABRIEL CARPENEDO				
<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Republishar imediatamente apenas o item das bombas, revisando a pesquisa de mercado para tornar o lote mais atrativo financeiramente <b>Responsável:</b> EDUARDO GABRIEL CARPENEDO				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) N° Item
R-07	Aplicação de peças "paralelas" reconcondionadas	Tentativa da contratada de baratear o custo do ou conserto, cobrando da Administração o preço de uma peça genuína	Gestão de Contrato	Administração	Alto
	<b>Impactos</b>				
1	Falha prematura do equipamento, risco à segurança do operador e prejuízo financeiro ao erário				
<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Incluir cláusula obrigando a Contratada a devolver a "peça velha/estragada" à OM junto com a máquina consertada, e exigir a apresentação da Nota Fiscal de compra da peça nova <b>Responsável:</b> MICHEL SANTIAGO DAVID				
<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	O fiscal deve rejeitar o recebimento, exigir a troca imediata pela peça genuína sem custo adicional e abrir processo administrativo de sanção por má-fé <b>Responsável:</b> MICHEL SANTIAGO DAVID				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) N° Item
R-08	Descarte irregular de óleo e fluidos contaminados.	Negligência ambiental da oficina ao trocar o óleo de geradores e roçadeiras, gerando passivo para o Exército	Gestão de Contrato	Administração	Alto
	<b>Impactos</b>				
1	Crime ambiental, gerando autuação do IBAMA ou da FEPAM para a União por corresponsabilidade				
<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Condicionar o ateste da Nota Fiscal à entrega do MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) comprovando a destinação ecológica do óleo retirado dos geradores. <b>Responsável:</b> MICHEL SANTIAGO DAVID				
<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Reter o pagamento da fatura até que a empresa comprove documentalmente a destinação correta dos resíduos perigosos. <b>Responsável:</b> MICHEL SANTIAGO DAVID				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) N° Item
R-09	Demora excessiva na devolução do equipamento	Falta de peças em estoque na oficina ou desorganização na fila de serviços da contratada	Gestão de Contrato	Administração	Alto
	<b>Impactos</b>				
1	Prejuízo na manutenção da área do quartel (mato alto sem roçadeiras) ou risco de apagão na OM (gerador indisponível)				
<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Estabelecer prazos rígidos no TR (exemplo: 5 dias úteis para emissão do orçamento + 10 dias para conserto após a Ordem de Serviço) <b>Responsável:</b> MICHEL SANTIAGO DAVID				

#### Ações de Contingência

C-01 Aplicação severa de multa moratória diária e suspensão do envio de novas máquinas àquela oficina até que a fila de pendências seja zerada **Responsável:** MICHEL SANTIAGO DAVID

#### 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.


#### 5. Responsáveis / Assinantes

##### Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 MICHEL SANTIAGO DAVID  
Data: 28/05/2026 09:36:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**MICHEL SANTIAGO DAVID**

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 GABRIEL FRANKE BRIXNER  
Data: 28/05/2026 11:29:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GABRIEL FRANKE BRIXNER**

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 NICKOLAS ESSY  
Data: 28/05/2026 10:01:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**NICKOLAS ESSY**

Equipe de Planejamento

## COUDELARIA DE RINCAO/RS

## Termo de Referência 26/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	160514-COUDELARIA DE RINCAO/RS	EDUARDO GABRIEL CARPENEDO	25/05/2026 15:10 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64442.000500/2026-72

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64442.000500/2026-72)

## TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de Manutenção de Geradores, Roçadeiras, Motosserras, bomba Submersa, nos termos da tabela em anexo, Anexo A - Tabela de Itens, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **primeiro dia útil da publicação no PNCP**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1. Logística Reversa e Destinação Final de Resíduos:** A contratada assumirá a responsabilidade integral e exclusiva pelo acondicionamento, recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a prestação dos serviços, sejam classificados como perigosos ou não. É obrigatória a apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) ou documento equivalente emitido por empresa licenciada;

**4.1.2. Prevenção de Contaminação In Loco:** Durante as manutenções executadas nas instalações da contratante, especialmente nos Grupos Motor Gerador (GMG), a equipe técnica deverá utilizar equipamentos de proteção ambiental, como bandejas de contenção e mantas absorventes, para impedir que eventuais vazamentos de fluidos - óleo diesel, lubrificantes ou líquido de arrefecimento - atinjam o solo ou a rede de drenagem pluvial; e

**4.1.3. Controle de Emissões Atmosféricas e Sonoras:** As manutenções deverão restabelecer os padrões originais de fábrica para garantir a queima eficiente de combustível. Motores descarbonizados e devidamente regulados deverão reduzir a emissão de gases de efeito estufa e de ruídos, preservando a qualidade do ar e a segurança dos operadores.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, não haverá indicação de marca, modelo ou característica específica de fabricante, devendo os materiais, peças, componentes e acessórios empregados na execução dos serviços atender às especificações técnicas mínimas exigidas, observadas as normas aplicáveis e a compatibilidade com os equipamentos existentes .

#### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3 Para a presente contratação, não se estabelece vedação prévia quanto à utilização de marca ou produto específico, devendo os materiais, peças, componentes e acessórios empregados na execução dos serviços observar critérios de qualidade, compatibilidade técnica, segurança e adequação ao funcionamento dos equipamentos e sistemas existentes.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante para a presente contratação, haja vista a classificação do objeto como serviço comum e a necessidade de se preservar a ampla competitividade do certame.

#### Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Participação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

**4.41.** A presente licitação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para os itens cujo valor estimado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em estrita observância ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **Margem de Preferência:**

4.42. Não haverá aplicação de margem de preferência na presente licitação. O objeto da contratação não se enquadra nas hipóteses previstas em regulamentação federal, decretos específicos ou em atos vigentes da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) que autorizem a concessão de tal preferência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

**5.1** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** O início da execução do objeto (compreendendo a retirada do maquinário ou o início do atendimento *in loco*) ocorrerá no prazo máximo fixado na Ordem de Serviço, o qual não poderá ultrapassar:

- **a) Até 48 (quarenta e oito) horas** para os itens de natureza crítica (Grupos Motor Gerador e Bombas Submersas), contados do acionamento oficial, dada a necessidade de salvaguardar a segurança energética e o abastecimento hídrico da OM;
- **b) Até 3 (três) dias úteis** para os demais equipamentos de rotina (roçadeiras e motosserras), contados do recebimento da respectiva solicitação.

**5.1.2.** Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela Administração, na qual constarão a descrição do serviço, o local de execução, o equipamento a ser atendido e o prazo específico para atendimento. A execução compreenderá, conforme a necessidade verificada, inspeção, diagnóstico, manutenção preventiva e corretiva, reparo, retífica mecânica, rebobinagem elétrica, substituição de componentes e peças de reposição originais ou de primeira linha, e demais intervenções necessárias ao restabelecimento das condições adequadas de funcionamento dos **Grupos Motor Gerador (GMG) a diesel, motosserras, roçadeiras e bombas submersas**.

**5.1.3.** Os serviços deverão ser realizados de forma parcelada, ao longo da vigência contratual, conforme a necessidade da Administração, inexistindo cronograma fixo de execução, sem prejuízo da observância dos prazos estabelecidos em cada ordem de serviço.

**5.1.4.** Após a conclusão de cada atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico simplificado, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento atendido, a descrição da demanda, o diagnóstico apurado, os serviços executados, os materiais e peças empregados (com indicação de marca e procedência) e a comprovação das condições finais de funcionamento, para fins de fiscalização, recebimento e ateste.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2.** Os serviços serão prestados nas dependências do setor de provisionamento da Coudelaria de Rincão, localizada na ERS-176, Km 86, 1º Distrito, Zona Rural, São Borja/RS, CEP 97670-000.

**5.3.** Os serviços serão prestados em horário compatível com o funcionamento da Organização Militar e conforme a necessidade da Administração, preferencialmente em horário de expediente, podendo ser executados em horário diverso, desde que previamente autorizado, quando a natureza ou a urgência da demanda assim o exigir.

### **Rotinas a serem cumpridas**

#### **5.3.1. A execução contratual observará as seguintes rotinas:**

**5.3.1.1.** Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela fiscalização ou pelo Almoxarifado da Administração, com a indicação do equipamento a ser atendido (Grupo Motor Gerador, Motosserra, Roçadeira ou Bomba Submersa), a descrição sumária da avaria reportada e o prazo máximo estipulado para retirada ou atendimento.

**5.3.1.2.** A contratada deverá comparecer às instalações da Coudelaria de Rincão para a realização de inspeção, diagnóstico e execução das manutenções preventivas ou corretivas *in loco* referentes aos Grupos Motor Gerador (GMG) a diesel, ou, no caso de motosserras, roçadeiras e bombas submersas, para efetuar a retirada e o respectivo transporte logístico dos maquinários para a sua oficina.

**5.3.1.3.** Antes da execução definitiva de intervenções corretivas de maior vulto — como retíficas de motores, rebobinagem elétrica ou substituição de peças e componentes —, a contratada deverá submeter o diagnóstico prévio e a relação de materiais que serão empregados à fiscalização do contrato, para ciência e autorização formal da Administração.

**5.3.1.4.** A execução deverá observar rigorosamente as recomendações dos manuais dos fabricantes, as normas técnicas (ABNT/INMETRO) e de segurança (NRs) aplicáveis, bem como os procedimentos necessários à preservação da integridade do patrimônio público e da segurança dos operadores militares.

**5.3.1.5.** Ao final de cada atendimento, a contratada deverá realizar testes práticos de funcionamento e aferição (mecânica, elétrica e/ou de vazão), assegurando o restabelecimento dos padrões adequados e originais de operação do equipamento atendido antes da devolução à carga da OM.

**5.3.1.6.** Após a conclusão de cada OS, a contratada deverá apresentar relatório técnico simplificado contendo, no mínimo: a identificação do equipamento atendido, a descrição da demanda, o diagnóstico apurado, os serviços executados, os materiais e peças empregados, e a indicação das condições finais de funcionamento, para fins de conferência, recebimento e ateste pela fiscalização.

**5.3.1.7.** Nos serviços relacionados aos motores a combustão e bombas, a contratada deverá adotar procedimentos técnicos pertinentes à verificação de estanqueidade para evitar vazamentos de fluidos (óleos, combustíveis ou água), entregando o equipamento devidamente descarbonizado, limpo e regulado.

**5.3.1.8.** Os resíduos perigosos (óleos lubrificantes, estopas contaminadas e filtros), peças metálicas inservíveis e baterias substituídas deverão receber destinação ambientalmente adequada sob total responsabilidade da contratada, sendo expressamente vedado o descarte nas dependências da Organização Militar. Deverá ser apresentado o Certificado de Destinação Final (CDF) ou documento equivalente, em observância ao Plano de Gestão Ambiental e ao Plano de Logística Sustentável da OM.

### **5.4. Materiais a serem disponibilizados**

**5.4.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, por sua conta e risco, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, peças de reposição, componentes, óleos lubrificantes, acessórios e demais insumos necessários à execução do objeto, em quantidades compatíveis com a demanda das Ordens de Serviço e em condições adequadas de uso, promovendo sua substituição sempre que necessário.

**5.4.2.** A contratada deverá fornecer as peças, componentes e acessórios necessários à manutenção preventiva e corretiva dos **Grupos Motor Gerador (GMG) a diesel, motosserras, roçadeiras e bombas submersas**, observadas

as especificações técnicas pertinentes e a compatibilidade com os equipamentos da Organização Militar. É expressamente vedado o uso de peças usadas, recondicionadas ou remanufaturadas, exceto nos casos em que a própria natureza do serviço exija a recuperação (como a rebobinagem de bombas ou retífica de motores).

**5.4.3.** A contratada deverá disponibilizar os equipamentos, maquinários pesados, ferramentas, instrumentos de medição e utensílios indispensáveis à inspeção, diagnóstico, manutenção, reparo, testes de funcionamento e demais intervenções, tanto para os serviços executados em sua própria oficina quanto para aqueles realizados *in loco* nas dependências da Coudelaria de Rincão.

**5.4.4.** A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, os materiais, peças, componentes, acessórios ou equipamentos que apresentem defeito de fabricação, inadequação técnica, incompatibilidade ou desgaste prematuro. Em atendimento ao estabelecido no planejamento da contratação, a contratada deverá assegurar **garantia mínima de 90 (noventa) dias** para os serviços prestados e para as peças substituídas, contados a partir da data de ateste e recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

## **5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.5.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características: necessidade de execução, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Grupos Motor Gerador (GMG) a diesel, motosserras (modelo Stihl MS 600), roçadeiras (modelo Stihl FS 220) e bombas submersas, com o fornecimento integral de materiais, peças, componentes e acessórios originais ou de primeira linha necessários à perfeita execução do objeto.

**5.5.2.** O adequado funcionamento e a prontidão logística desta infraestrutura de apoio são críticos para a Organização Militar, uma vez que a solução atende de forma integrada ao suporte energético de emergência das seções, à captação contínua de água para consumo e dessedentação do plantel animal, e às atividades de manejo florestal e confecção de aceiros para a prevenção de incêndios no Campo de Instrução.

**5.5.3.** Execução parcelada, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade efetivamente verificada pela Administração e demandada pelo Almoxarifado, considerados o histórico de desgastes operacionais dos maquinários e os quantitativos máximos estimados para os diversos tipos de intervenção técnica.

## **5.6. Especificação da garantia do serviço**

**5.6.1.** O prazo mínimo de garantia para os serviços prestados e para as peças de reposição fornecidas e instaladas será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de recebimento definitivo de cada Ordem de Serviço pelo fiscal do contrato, em estrita observância às diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e em harmonia com os parâmetros de proteção dispostos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.7.1.** Não serão necessários procedimentos complexos de transição contratual devido às características específicas do objeto.

# **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser



cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do serviço.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao

cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.18.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.18.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias*

7.2.4.2. *Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação [ , ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção, não sendo adotado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), e será realizada com base na verificação, pela fiscalização contratual, do cumprimento das ordens de serviço, da adequação dos serviços executados, dos materiais e peças empregados, da documentação técnica apresentada e do restabelecimento das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos e sistemas atendidos.

8.2. Não serão adotados os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, integrada ou semi-integrada. A presente contratação adotará a sistemática de remuneração orientada por preços unitários, com pagamentos realizados exclusivamente sobre os quantitativos de serviços efetivamente demandados e executados, conforme os valores registrados na Ata de Registro de Preços

8.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

8.3.1. deixou de executar, total ou parcialmente, os serviços solicitados em ordem de serviço;

8.3.2. executou os serviços indevidamente, em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, com qualidade inferior à exigida ou sem restabelecer as condições adequadas de funcionamento dos equipamentos e sistemas atendidos; ou

8.3.3. deixou de apresentar a documentação técnica pertinente, empregou materiais, peças ou componentes inadequados ou incompatíveis, ou deixou de cumprir exigências necessárias ao recebimento e ateste dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. cumprimento da ordem de serviço, com execução do objeto solicitado nos prazos e condições estabelecidos pela Administração;

8.4.2. apresentação de relatório técnico simplificado, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento atendido, a descrição da demanda, os serviços executados, os materiais e peças empregados, quando houver, e a indicação das condições finais de funcionamento; e

**8.4.3.** ateste da fiscalização quanto à conformidade dos serviços executados e ao restabelecimento das condições adequadas de funcionamento, segurança e operacionalidade dos Grupos Motor Gerador (GMG) a diesel, motosserras, roçadeiras e bombas submersas, bem como, quando cabível, a comprovação do descarte adequado de resíduos através da apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) ou documento equivalente.

## **Recebimento**

**8.5.** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da comunicação da conclusão do atendimento pela contratada, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, desde que verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**8.6.** O prazo para recebimento provisório será contado da comunicação formal da conclusão dos serviços pela contratada, acompanhada da documentação comprobatória pertinente, inclusive relatório técnico simplificado e, quando cabível, o Certificado de Destinação Final (CDF) ou documento equivalente.

**8.7.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**8.8.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**8.9.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**8.10.** Para efeito de recebimento provisório e faturamento, será considerado cada atendimento concluído e devidamente atestado pela fiscalização, com base na respectiva ordem de serviço e na comprovação da execução do objeto.

**8.11.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

**8.11.1.** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**8.12.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**8.13.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**8.14.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**8.15.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de funcionamento e aferição e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**8.16.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.17.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**8.18.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**8.18.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**8.18.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**8.18.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**8.18.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**8.18.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**8.19.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.20.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.21.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

**8.22.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.23.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.24.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.25.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**8.26.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**8.27.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**8.27.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**8.27.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.28.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**8.29.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.30.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**8.31.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**8.32.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**8.33.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**8.34.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**8.35.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.36.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.36.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.37.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

**8.38.** Não será permitida a antecipação de pagamento, parcial ou total, tendo em vista que a presente contratação será executada sob demanda, com medição por preço unitário e pagamento condicionado à comprovação da execução dos serviços e ao respectivo ateste pela fiscalização, não se verificando, no caso concreto, justificativa excepcional para adoção da medida.

### **Reajuste**

**8.39.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, consolidado em 01/04/2026.

**8.40.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.41.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.42.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.43.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.44.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.45.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.46.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

**8.47.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**8.47.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**8.47.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**8.47.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**8.47.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**8.48.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**



9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O regime de execução do objeto será o de **escopo por preço unitário**.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :*

9.4.1 *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item XXXXXX deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação[A3]**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

**Qualificação Econômico-Financeira[A10]**

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo de 2% do valor total estimado da parcela pertinente*

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### **Qualificação Técnica**

**9.33.** Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

**9.33.1.** Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.34.** Não será exigido registro ou inscrição da empresa em entidade profissional específica, por não se tratar de requisito indispensável à comprovação da aptidão para execução do objeto, sem prejuízo da obrigação de a contratada observar as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis durante a execução contratual.

**9.35.** Não serão exigidos requisitos técnicos adicionais previstos em legislação específica, além daqueles estabelecidos neste Termo de Referência.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

**9.36.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.36.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

**9.36.2.** Será admitido o somatório de atestados para comprovação da aptidão técnica do fornecedor, desde que os serviços comprovados sejam compatíveis com o objeto da contratação.

**9.36.3.** Não se aplica a exigência de comprovação de quantitativo de postos de trabalho, por não se tratar de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra.

**9.36.4.** Os atestados deverão conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição dos serviços executados, o período de execução e declaração quanto à execução satisfatória dos serviços.

**9.36.5.** Não será exigida a comprovação de quantitativo mínimo de serviço, bastando a demonstração de execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

**9.36.6.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.36.7.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**9.36.8.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.37.** A contratada deverá assegurar atendimento técnico observando os prazos máximos de resposta estipulados neste Termo de Referência - até 48 horas para GMG e bombas submersas, e até 3 dias úteis para roçadeiras e motosserras - contados da solicitação formal da Administração, inclusive mediante deslocamento de profissional qualificado ao local, quando necessário, devendo adotar as providências cabíveis para diagnóstico e solução do problema.

**9.38.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**9.39.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

**9.40.** Não será exigida qualificação técnico-profissional específica para a presente contratação, por não se tratar de objeto que demande, para fins de habilitação, a indicação prévia de profissional registrado em conselho profissional competente.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 295.504,18 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quatro reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos na em anexo.*

10.4. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

10.5. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.5.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.5.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.5.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.5.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.4. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

São Borja, na data da assinatura eletrônica.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

***(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)***

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 2 (dois)*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.[A5]

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas especializadas e utensílios demandados para a manutenção mecânica e elétrica dos maquinários, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto (notadamente nas intervenções *in loco* nos Grupos Motor Gerador, garantindo o recolhimento de resíduos, estopas e fluidos) e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos ou substituições de componentes que fujam às especificações deste Termo de Referência e dos manuais técnicos dos fabricantes;

4.1.21. Cumprir rigorosamente a proibição de utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, bem como do trabalho do menor de dezoito anos em labor noturno, perigoso ou insalubre, observada a Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008);

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho, fornecendo os respectivos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos seus técnicos;

**4.1.23.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

**4.1.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, em conformidade com as diretrizes normativas vigentes.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90010/2026 bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.


Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)


## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **GABRIEL FRANKE BRIXNER**  
Data: 28/05/2026 11:31:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**GABRIEL FRANKE BRIXNER**

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 **NICKOLAS ESSY**  
Data: 28/05/2026 10:02:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**NICKOLAS ESSY**

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 **MICHEL SANTIAGO DAVID**  
Data: 28/05/2026 09:39:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MICHEL SANTIAGO DAVID**

Equipe de Planejamento



## Anexo A – Tabela de Itens



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
C M S - 3ª R M  
COUDELARIA DE RINCÃO/CIR  
(Dep. Remt de Valença/1930)

Nr	Descrição	Descrição Detalhada	CatMat	Und	Qtde	Valor Unit	Valor Total
1		Prestação de serviços de <b>manutenção preventiva e corretiva da parte mecânica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	19810	Hora	1.000	R\$ 227,33	R\$ 227.330,00
2		Prestação de serviços de <b>manutenção preventiva e corretiva da parte elétrica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	19810	Hora	15	R\$ 247,00	R\$ 3.705,00
3		Serviço de manutenção para motosserra modelo Stihl ms 600, inclui a substituição de 01 Kit de cilindro completo, 01 junta do cilindro, 01 junta do carburador, 01 arruela do pinhão, 01 rolete 3/8, 01 trava do pinhão, 01 gaiola da agulha, 01 tampa cobertura do filtro, 01 reparo do carburador, 01 filtro de ar, 01 vela, 06 parafusos e mão de obra. Custos com o deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	18783	Sv	12	R\$ 1.958,00	R\$ 23.496,00
4		Serviço de Bomba Submersa para Água Suja Rebubinação (fios, verniz, rolamentos e demais componetes) para recuperação de bomba submersa trifásica 1 hp para água suja.	2330	Sv	4	R\$ 1.647,61	R\$ 6.590,43
5		Serviço de Bomba Submersa para Poço Antesiano Rebubinação (fios, verniz, rolamentos e demais componetes) para recuperação de bomba tipo palito trifásica.	2330	Sv	6	R\$ 2.025,46	R\$ 12.152,75
6		Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de revisão do motor: Descarbonização do pistão, anéis e cilindro; verificação e ajuste do carburador; limpeza ou troca do filtro de ar e filtro de combustível. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	871	Sv/hora	30	R\$ 116,00	R\$ 3.480,00
7		Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, troca do coletor de admissão, testes de combustível e mangueira de impulso. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	871	Sv/hora	30	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00
8		Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, limpeza técnica e ou substituição do kit de reparo do carburador. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	871	Sv/hora	30	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00
9		Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação e/ou substituição do kit de embreagem e mola; lubrificação da caixa de engrenagens com graxa Stihl específica para roçadeiras. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	871	Sv/hora	30	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00

10	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação da bobina de ignição, troca da vela de ignição e substituição da corda/carretel de partida e substituição do trimcut. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	871	Sv/hora	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
11	Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de troca de cilindro completa e retífica, transmissão, junta do cilindro, vela e reparo e ou troca do carburador, serviço com fornecimento de peças. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	871	Sv/hora	30	R\$ 175,00	R\$ 5.250,00
VALOR TOTAL					R\$ 295.504,18	

## Nota Técnica de Análise Crítica de Pesquisa de Preços

NOTA TÉCNICA Nº 90031/2025

### I – OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

O objeto da presente da Contratação Manutenção de Geradores, Roçadeiras, Motosserras, bomba Submersa.

### II – PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme discriminado na tabela abaixo.

Nrº do Item (ns)	Parâmetros Utilizados	Justificativa para escolha
1,2,3,4 e 5	Painel de preços.	Foi utilizado o Painel de Preços por ser instrumento oficial que assegura transparência, celeridade e conformidade legal na obtenção dos orçamentos.
6,7,8,9,10 e 11	orçamentos de fornecedor.	Foi utilizado Orçamentos do fornecedor por ser instrumento oficial que assegura transparência, celeridade e conformidade legal na obtenção dos orçamentos.

2.2 Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

(x) Painel de Preços

Objeto	Und	Qtde	Contratante (UASG/ Nome)	Empenho/ Licitação	Preço Unit. (em R\$)
Prestação de serviços de <b>manutenção preventiva e corretiva da parte mecânica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	Hora	1.000	160545 - HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA	Pregão	R\$ 190
			160062 - CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO/MEX/DF	Pregão	R\$ 232
			771280 - CENTRO DE MUNICAO DA MARINHA	Pregão	R\$ 260
Prestação de serviços de <b>manutenção preventiva e corretiva da parte elétrica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	Hora	1.000	160062 - CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO/MEX/DF	Pregão	R\$ 232
			771280 - CENTRO DE MUNICAO DA MARINHA	Pregão	R\$ 249

			771280 - CENTRO DE MUNICAO DA MARINHA	Pregão	R\$ 260
--	--	--	---------------------------------------	--------	---------

( ) II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

( ) III – Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;

Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

(X) IV – pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Objeto	Identificação do Fornecedor		Data do Orçamento	Preço Unit. (em R\$)
	Nome CNPJ	Endereço Telefone		
Serviço de manutenção para motosserra modelo Stihl ms 600,	M. KIRST LTDA CNPJ: 04.309.482/0001-17	(55)99233-7609	13/02/2026	R\$ 1.889,00
	PEREIRA FUMACO & CIA LTDA – ME CNPJ 08.713.242/0001-34	(55) 99612-9525	14/01/2026	R\$ 1.990,00

	RAFAEL MORAES TONETTO CNPJ 38.715.502/0001-71	(55) 3431-4375	03/02/2026	R\$ 1.995,00
--	--	----------------	------------	--------------

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

2.4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

### III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

### IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de fornecer a possibilidade de o pregoeiro ter mais opções durante a abertura do pregão

4.2. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme abaixo:

### V – MÉMORIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da aquisição é: R\$ 295.504,18 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quatro reais e dezoito centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Preço de Referência dos Itens a serem licitados	
Prestação de serviços de <b>manutenção preventiva e corretiva da parte mecânica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	<b>R\$ 227,33 (duzentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos)</b>
Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da parte elétrica de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	<b>R\$ 247,00</b> (duzentos e quarenta e sete reais)
Serviço de Bomba Submersa para Água Suja.	R\$ 1.647,61 (Mil e Seiscentos e Quarenta e Sete Reais e Sessenta e Um Centavos)
Serviço de Bomba Submersa para Poço Artesiano.	R\$ 2.025,46 (Dois Mil e Vinte e Cinco Reais e Quarenta e Seis Centavos)


5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

### VI – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS


6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBÔA –1º Sgt

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

Nº do Item	Especificação	Preço 01	Preço 02	Preço 03	Média
1	Prestação de serviços de <b>manutenção preventiva e corretiva da parte mecânica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	R\$ 190	R\$ 232	R\$ 260	R\$ 227,33
2	Prestação de serviços de <b>manutenção preventiva e corretiva da parte elétrica</b> de um Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel.	R\$ 232	R\$ 249	R\$ 260	R\$ 247
3	Serviço de manutenção para motosserra modelo Stihl ms 600.	R\$ 1.889,00	R\$ 1.990,00	R\$ 1.995,00	R\$ 1.958,00

Documento assinado digitalmente  
 **GABRIEL FRANKE BRIXNER**  
Data: 28/05/2026 11:29:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIEL FRANKE BRIXNER - 1º Ten OTT  
Chefe da Equipe de Planejamento da Aquisição

Documento assinado digitalmente  
 **NICKOLAS ESSY**  
Data: 28/05/2026 10:10:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NÍCKOLAS ESSY - 2º Sgt  
Membro da Equipe de Planejamento da Aquisição

Documento assinado digitalmente  
 **MICHEL SANTIAGO DAVID**  
Data: 28/05/2026 09:36:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MICHEL SANTIAGO DAVID - 3º Sgt  
Membro da Equipe de Planejamento da Aquisição





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 288 a 288

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 288

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90013/2025

**Número do Item:** 00008

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação com fornecimento de peças e gás para os sistemas de climatização para atender as necessidades da administração publica

**Quantidade Ofertada:** 8

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 181

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 31/03/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** MORAIS ENGENHARIA - CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 27867193000139

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 984223 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG

**Órgão:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 290 a 290

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 290

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90036/2024

**Número do Item:** 00006

**Objeto da Compra:** Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado para atender o IFMT campus Guarantã do Norte

**Quantidade Ofertada:** 6

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 185

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Dispensa de Licitação

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 14/11/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** MARCIANE MAGGIONI

**CNPJ/CPF:** 18125488000149

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 292 a 292

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 292

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90003/2024

**Número do Item:** 00008

**Objeto da Compra:** Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado para atender o IFMT campus Rondonópolis.

**Quantidade Ofertada:** 4

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 187

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Dispensa de Licitação

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 19/09/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** LEANDRO FLAVIO SILVA LTDA

**CNPJ/CPF:** 46375514000122

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158498 - INST.FED.MATO GROSSO/CAMPUS RONDONOPOLIS

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 384 a 384

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 384

#### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90009/2024

**Número do Item:** 00001

**Objeto da Compra:** Contratação de serviços de manutenção e instalação de ar-condicionado a fim de atender as necessidades do Colégio Militar de Juiz de Fora, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**Quantidade Ofertada:** 2

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 290

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Dispensa de Licitação

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 17/06/2024

#### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** WESLEY PENA NETO LTDA

**CNPJ/CPF:** 12993502000140

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

#### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 160110 - COLEGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA

**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

**Órgão Superior:** -







MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 385 a 385

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 385

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90063/2024

**Número do Item:** 00019

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva e instalação e desinstalação, assistência técnica com fornecimento de materiais e mão de obra, nos equipamentos e nas instalações de ares condicionados existentes para atender às necessidades das Unidades de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 8

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 295,02

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 11/10/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** CLIMA TOP REFRIGERACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 26540429000165

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Órgão Superior:** PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 382 a 382

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 382

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90036/2024

**Número do Item:** 00008

**Objeto da Compra:** Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado para atender o IFMT campus Guarantã do Norte

**Quantidade Ofertada:** 4

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 285

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Dispensa de Licitação

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 14/11/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** MARCIANE MAGGIONI

**CNPJ/CPF:** 18125488000149

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 398 a 398

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 398

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00025/2023

**Número do Item:** 00056

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de manutenção de ar-condicionado, conforme grupos e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

**Quantidade Ofertada:** 20

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 320

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 28/08/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** NEVAR REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 36573163000100

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX

**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 400 a 400

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 400

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90026/2024

**Número do Item:** 00096

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada para Manutenção em Equipamentos de Climatização com Fornecimento de Peças e Gás.

**Quantidade Ofertada:** 100

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 325

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 26/05/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** GMS GOIAS MERCANTIL E SOLUCOES LTDA

**CNPJ/CPF:** 31537116000198

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -







MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 397 a 397

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 397

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00025/2023

**Número do Item:** 00024

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de manutenção de ar-condicionado, conforme grupos e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

**Quantidade Ofertada:** 20

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 310

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 28/08/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** NEVAR REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 36573163000100

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX

**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

**Órgão Superior:** -





MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 450 a 450

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 450

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90063/2024

**Número do Item:** 00018

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva e instalação e desinstalação, assistência técnica com fornecimento de materiais e mão de obra, nos equipamentos e nas instalações de ares condicionados existentes para atender às necessidades das Unidades de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 18

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 470

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 11/10/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** ORIGINAL COMERCIO E MANUTENCOES LTDA

**CNPJ/CPF:** 51131770000104

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Órgão Superior:** PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 451 a 451

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 451

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90605/2025

**Número do Item:** 00001

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Eventual Contratação Futura de Empresa Especializada em Manutenção Preventiva e Corretiva em Aparelhos de Ar-Condicionado

**Quantidade Ofertada:** 12

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 473

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 22/04/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** GCON SEGURANCA ELETRONICA E CLIMATIZACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 13773341000141

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158137 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

**Órgão:** INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 448 a 448

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 448

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90003/2024

**Número do Item:** 00028

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para o fornecimento de aparelhos de ar condicionado e demais serviços, como desinstalação, instalação e manutenção para os Setores do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso em Cuiabá/MT e Rondonópolis/MT

**Quantidade Ofertada:** 1

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 469

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 07/06/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** GUARANI CLIMATIZACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA

**CNPJ/CPF:** 25191599000119

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 927577 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MT

**Órgão:** CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-MT

**Órgão Superior:** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE







MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 320 a 320

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 320

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90026/2024

**Número do Item:** 00220

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada para Manutenção em Equipamentos de Climatização com Fornecimento de Peças e Gás.

**Quantidade Ofertada:** 30

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 200

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 26/05/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** GMS GOIAS MERCANTIL E SOLUCOES LTDA

**CNPJ/CPF:** 31537116000198

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 323 a 323

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 323

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90013/2025

**Número do Item:** 00011

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação com fornecimento de peças e gás para os sistemas de climatização para atender as necessidades da administração publica

**Quantidade Ofertada:** 4

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 203

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 31/03/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** MORAIS ENGENHARIA - CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 27867193000139

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 984223 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG

**Órgão:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 326 a 326

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 326

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90011/2024

**Número do Item:** 00009

**Objeto da Compra:** Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado para atender o IFMT Campus avançado Tangará da Serra.

**Quantidade Ofertada:** 6

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 209

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Dispensa de Licitação

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 11/07/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** A. P. DA SILVA LTDA

**CNPJ/CPF:** 17560693000170

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 365 a 365

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 365

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90026/2024

**Número do Item:** 00284

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada para Manutenção em Equipamentos de Climatização com Fornecimento de Peças e Gás.

**Quantidade Ofertada:** 15

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 258

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 26/05/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** ARCON EMPREENDIMENTOS LTDA

**CNPJ/CPF:** 18642148000195

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -







MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 366 a 366

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 366

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90063/2024

**Número do Item:** 00016

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva e instalação e desinstalação, assistência técnica com fornecimento de materiais e mão de obra, nos equipamentos e nas instalações de ares condicionados existentes para atender às necessidades das Unidades de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 52

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 259

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 11/10/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** ORIGINAL COMERCIO E MANUTENCOES LTDA

**CNPJ/CPF:** 51131770000104

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Órgão Superior:** PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 364 a 364

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 364

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90026/2024

**Número do Item:** 00159

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada para Manutenção em Equipamentos de Climatização com Fornecimento de Peças e Gás.

**Quantidade Ofertada:** 35

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 255

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 26/05/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** Z. S A OLIVEIRA COMERCIO E SERVICOS LTDA

**CNPJ/CPF:** 40378405000182

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT

**Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 456 a 456

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 456

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90063/2024

**Número do Item:** 00015

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva e instalação e desinstalação, assistência técnica com fornecimento de materiais e mão de obra, nos equipamentos e nas instalações de ares condicionados existentes para atender às necessidades das Unidades de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 5

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 490

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 11/10/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA

**CNPJ/CPF:** 22899299000109

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Órgão Superior:** PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 458 a 458

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 458

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00025/2023

**Número do Item:** 00032

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de manutenção de ar-condicionado, conforme grupos e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

**Quantidade Ofertada:** 12

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 490

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 28/08/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** NEVAR REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 36573163000100

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX

**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

**Órgão Superior:** -







MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 453 a 453

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 453

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90027/2024

**Número do Item:** 00002

**Objeto da Compra:** Prestação de serviço de manutenção em 2 (dois) condicionadores de ar.

**Quantidade Ofertada:** 1

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 480

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Dispensa de Licitação

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 06/06/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** CIA DO AR LTDA

**CNPJ/CPF:** 24882257000182

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 135015 - EMBRAPA GADO DE LEITE/JUIZ DE FORA/MG

**Órgão:** EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

**Órgão Superior:** EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 480 a 480

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 480

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90009/2024

**Número do Item:** 00008

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - SERVIÇO continuado de manutenção de ar condicionado.

**Quantidade Ofertada:** 1

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 590

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 07/11/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** ETHICUSS COMERCIO E SERVICOS DE MANUTENCAO E TECNOLOGIA LTDA

**CNPJ/CPF:** 17067116000140

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 240128 - LABORATORIO NACIONAL DE ASTROFISICA - MG

**Órgão:** MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVACAO

**Órgão Superior:** PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 482 a 482

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 482

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90063/2024

**Número do Item:** 00024

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva e instalação e desinstalação, assistência técnica com fornecimento de materiais e mão de obra, nos equipamentos e nas instalações de ares condicionados existentes para atender às necessidades das Unidades de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 1

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 600

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 11/10/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** CLIMA TOP REFRIGERACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 26540429000165

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Órgão Superior:** PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 478 a 478

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 478

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00025/2023

**Número do Item:** 00004

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de manutenção de ar-condicionado, conforme grupos e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

**Quantidade Ofertada:** 10

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 550

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 28/08/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** NEVAR REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 36573163000100

**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX

**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

**Órgão Superior:** -







MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 529 a 529

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 529

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90006/2024

**Número do Item:** 00012

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - SERVIÇOS COMUNS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, nas edificações sob responsabilidade da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, doravante denominada SPRF/MG, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, com execução mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, visando atender às necessidades do órgão conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 12

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 1380

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 10/12/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** WASH AIR ENGENHARIA LTDA

**CNPJ/CPF:** 40461441000105

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG

**Órgão:** DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 530 a 530

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 530

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90006/2024

**Número do Item:** 00006

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - SERVIÇOS COMUNS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, nas edificações sob responsabilidade da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, doravante denominada SPRF/MG, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, com execução mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, visando atender às necessidades do órgão conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 12

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 1398

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 10/12/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** WASH AIR ENGENHARIA LTDA

**CNPJ/CPF:** 40461441000105

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG

**Órgão:** DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ

**Órgão Superior:** -





MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 17.313,74**

MEDIANA

**R\$ 187,00**

MENOR

**R\$ 12**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 531 a 531

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

UF

Ano da Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA MT, MG 2024, 2025

## RESULTADO 531

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90006/2024

**Número do Item:** 00007

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - SERVIÇOS COMUNS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, nas edificações sob responsabilidade da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, doravante denominada SPRF/MG, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, com execução mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, visando atender às necessidades do órgão conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

**Quantidade Ofertada:** 12

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 1431

**Código do CATMAT:** 2771

**Descrição do Item:** AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UN

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 10/12/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** WASH AIR ENGENHARIA LTDA

**CNPJ/CPF:** 40461441000105

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG

**Órgão:** DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ

**Órgão Superior:** -



## ORÇAMENTO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS

<b>CLIENTE:</b> COUDELARIA DE RINCÃO - CNPJ 09.613.553/0002-75				
<b>EMPRESA:</b> Pereira Fumaco & cia Ltda ( Império das Máquinas )				
Descrição do Material	Und	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de revisão do motor: Descarbonização do pistão, anéis e cilindro; verificação e ajuste do carburador; limpeza ou troca do filtro de ar e filtro de combustível. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	250,00	7.500,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, troca do coletor de admissão, testes de estanqueidade e substituição das mangueiras de combustível e mangueira de impulso. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	130,00	3.900,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, limpeza técnica e ou substituição do kit de reparo do carburador. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	180,00	5.400,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação e/ou substituição do kit de embreagem e mola; lubrificação da caixa de engrenagens com graxa Stihl específica para roçadeiras. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	190,00	5.700,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação da bobina de ignição, troca da vela de ignição e substituição da corda/carretel de partida e substituição do trimcut. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	360,00	10.800,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de troca de cilindro completa e retifica, transmissão, junta do cilindro, vela e reparo e ou troca do carburador, serviço com fornecimento de peças. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	1.080,00	32.400,00

São Borja-RS, 12 de fevereiro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE  
PEREIRA FUMACO E CIA LTDA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Império das Máquinas

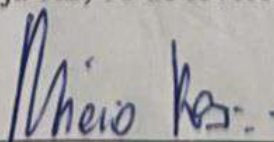


# **ORÇAMENTO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS**

**CLIENTE:** COUDELARIA DE RINCÃO - CNPJ 09.613.553/0002-75  
**EMPRESA:** ALEMÃO MÁQUINAS

Descrição do Material	Und	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de revisão do motor: Descarbonização do pistão, anéis e cilindro; verificação e ajuste do carburador; limpeza ou troca do filtro de ar e filtro de combustível. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	116.00	3.480,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, troca do coletor de admissão, testes de estanqueidade e substituição das mangueiras de combustível e mangueira de impulso. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	105.00	3.150,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, limpeza técnica e ou substituição do kit de reparo do carburador. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	105.00	3.150,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação e/ou substituição do kit de embreagem e mola; lubrificação da caixa de engrenagens com graxa Stihl específica para roçadeiras. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	105.00	3.150,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação da bobina de ignição, troca da vela de ignição e substituição da corda/carretel de partida e substituição do trimcut. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	135.00	4.050,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de troca de cilindro completa e retifica, transmissão, junta do cilindro, vela e reparo e ou troca do carburador, serviço com fornecimento de peças. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	175.00	5.250,00

São Borja-RS, 10 de fevereiro de 2026.

  
 Nome/Assinatura responsável

**04.309.482/0001-17**  
**M. KIRST LTDA.**  
 Av. Leonel de Moura Brizola, 2443  
 Bairro Pirahy  
 CEP: 97.670-000  
 São Borja - RS

## ORÇAMENTO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS

<b>CLIENTE:</b> COUDELARIA DE RINCÃO - CNPJ 09.613.553/0002-75				
<b>EMPRESA:</b> Rafael Moraes Tonetto				
Descrição do Material	Und	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de revisão do motor: Descarbonização do pistão, anéis e cilindro; verificação e ajuste do carburador; limpeza ou troca do filtro de ar e filtro de combustível. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	270,00	8.100,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, troca do coletor de admissão, testes de estanqueidade e substituição das mangueiras de combustível e mangueira de impulso. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	150,00	4.500,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, limpeza técnica e ou substituição do kit de reparo do carburador. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	210,00	6.300,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação e/ou substituição do kit de embreagem e mola; lubrificação da caixa de engrenagens com graxa Stihl específica para roçadeiras. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	220,00	6.600,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, verificação da bobina de ignição, troca da vela de ignição e substituição da corda/carretel de partida e substituição do trimcut. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	390,00	11.700,00
Serviço de manutenção de roçadeira Stihl, modelo FS 220, serviço de troca de cilindro completa e retifica, transmissão, junta do cilindro, vela e reparo e ou troca do carburador, serviço com fornecimento de peças. Custos com deslocamento e entrega do material por conta da contratada.	Serviço/Hora	30	1.230,00	36.900,00

São Borja-RS, 13 de fevereiro de 2026.



Documento assinado digitalmente

RAFAEL MORAES TONETTO

Data: 13/02/2026 14:28:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafael Moraes Tonetto

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Edital 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	160514-COUDELARIA DE RINCAO/RS	EDUARDO GABRIEL CARPENEDO	27/05/2026 10:59 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64442.000500/2026-72

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

CONTRATANTE (UASG)

160514 - Coudelaria de Rincão - Unidade Gerenciadora

OBJETO

Registro de preço para contratação de serviço de Manutenção de Geradores, Roçadeiras, Motosserras, bomba Submersa

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 295.504,18

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **18/06/2026** às 09h (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

menor preço por item

## Modo de disputa:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
C M S - 3ª R M  
COUDELARIA DE RINCÃO/CIR  
(Dep. Remt de Valença/1930)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**

(Processo Administrativo nº 64442.000500/2026-72)



Torna-se público que o(a) **Coudelaria de Rincão**, por meio do(a) **Seção de aquisição, licitação e contrato (SALC)**, sediado(a) ERS-176, Km 86, 1º distrito, Zona Rural, São Borja-RSpreços, na modalidade na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril PREGÃO ELETRÔNICO, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de serviço de Manutenção de Geradores, Roçadeiras, Motosserras, bomba Submersa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens e grupos com valor total inferior a R\$ 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.12. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.10.13. *pessoas físicas.*

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.



5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar os quantitativos estimados no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 (dez centavos).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4]

8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.



8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, em formato digital, desde que seja possível a verificação de sua autenticidade.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas DUAS HORAS, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **2 (dois)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **2 (dois)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **2 (dois)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **2 (dois)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **podará** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) ou solicitada por e-mail [licita.coud@gmail.com](mailto:licita.coud@gmail.com).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e por e-mail [licita.coud@gmail.com](mailto:licita.coud@gmail.com).

- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e por e-mail [licita.coud@gmail.com](mailto:licita.coud@gmail.com).
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.5. Anexo V –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
- 16.11.6. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;
- São Borja, na data da assinatura eletrônica.*



# 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEANDRO SICORRA WILEMBERG**

Autoridade competente



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**C M S - 3ª R M**  
**COUDELARIA DE RINCÃO/CIR**  
**(Dep. Remt de Valença/1930)**

Processo Administrativo nº 64442.000500/2026-72  
Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) COUDELARIA DE RINCÃO, com sede no(a) ERS 176 KM 86, 1º DISTRITO, ZONA RURAL, na cidade de SÃO BORJA - RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.613.553/0001-94, neste ato representado(a) pelo(a) LEANDRO SICORRA WILEMBER - CEL, nomeado(a) pela Portaria nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no DOU de 12 de junho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 085.XXX.XXX-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90010/2026, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº 64442.000500/2026-72, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de contratação de serviço de Manutenção de Geradores, Roçadeiras, Motosserras, bomba Submersa, especificado(s) no anexo A do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 90010/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o(a) COUDELARIA DE RINCÃO.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (Duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
C M S - 3ª R M  
COUDELARIA DE RINCÃO/CIR  
(Dep. Remt de Valença/1930)**

**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

**Assunto:** Autorização para Publicação de Edital – Pregão Eletrônico SRP nº 90010/2026

O ORDENADOR DE DESPESAS DA COUDELARIA DE RINCÃO E CAMPO DE INSTRUÇÃO DE RINCÃO, nomeado por meio da Portaria C Ex Nº 743 de 07 de junho de 2023, para execução da função de Diretor e Ordenador de Despesas por meio do Boletim Interno Especial Nr 01 de 05 de janeiro de 2023 da Coudelaria de Rincão, conforme atribuições previstas no Art. 24 da Portaria C Ex Nr 1.555, de 9 de julho de 2021 (Aprova o Regulamento de Administração do Exército (RAE), EB10-R 01.003, 1ª Edição, 2021).

Considerando a finalização dos estudos técnicos, a elaboração do Termo de Referência e a adequada instrução do Processo Administrativo nº 64442.000500/2026-72, referente à Contratação de serviço de Manutenção de Geradores, Roçadeiras, Motosserras, bomba Submersa, no valor estimado de R\$ 295.504,18 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quatro reais e dezoito centavos). Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis;

**APROVO e AUTORIZO**

a publicação do Edital nº 17/2026:

- no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e
- no Diário Oficial da União (DOU), em cumprimento ao art. 54 da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos pertinentes, para dar ampla divulgação ao certame e possibilitar a participação isonômica dos interessados.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Borja, na data da assinatura eletrônica

**LEANDRO SICORRA WILEMBERG - CEL**  
Ordenador de Despesas da Coudelaria de Rincão